



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

EDITAL Nº 08/2026

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 11/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA: Nº 11/2026

DISPENSA FÍSICA: Nº 04/2026

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA/PR**, por meio do Setor de Licitações e Contratos, realizará dispensa na forma Física, com critério de julgamento **MENOR PREÇO por item**, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Legislativo nº 23/2023 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

DATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL: 26/05/2026

DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 26/05/2026 ÀS 08H00MIN

DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 28/05/2026 ÀS 17H00MIN

LANCES: 29/05/2026 DAS 09H00MIN ÀS 10H00MIN

INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS) DIAS

VALOR MÁXIMO: R\$ 11.335,63 (onze mil, trezentos e trinta e cinco reais, com sessenta e três centavos)

SESSÃO DE JULGAMENTO: 29/05/2026 ÀS 15H30MIN

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:

licitacao@cmnovalondrina.pr.gov.br

LINK DO EDITAL: <https://novalondrina.eloweb.net/portaltransparencia/2/licitacoes> **PORTAL TRANSPARÊNCIA:**

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: SIM NÃO

HORÁRIO DE REFERÊNCIA: BRASÍLIA/DF

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia e/ou arquitetura destinados à elaboração de projeto arquitetônico e projetos complementares para reforma e modernização da sede da Câmara Municipal de Nova Londrina, compreendendo a substituição integral da cobertura/telhado da edificação, cercamento do estacionamento institucional, implantação de portões automatizados, sistema eletrônico de controle de acesso com identificação biométrica e instalação de iluminação externa, incluindo levantamento técnico, visitas in loco, elaboração de memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas, projetos executivos, especificações técnicas, documentos complementares, ART/RRT e demais elementos necessários à futura contratação e execução da obra, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e legislação vigente.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



1.3. Legislação vigente aplicável as contratações diretas:

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:	
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)	
REGULAMENTAÇÃO DA 14.133/2021 NA CÂMARA MUNICIPAL:	LINK ACESSO:
DECRETO Nº 07/2023 – REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/608358989/15541573311872108.pdf
DECRETO Nº 08/2023 – DISPÕE SOBRE AS REGRAS PARA ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO, ASSIM COMO DOS GESTORES E FISCAIS DE CONTRATO.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6086589987/204602727965078863.pdf
DECRETO Nº 09/2023 – DISPÕE SOBRE A FASE PREPARATÓRIA DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6087590070/38030451684268191999.pdf
DECRETO Nº 10/2023 – DISPÕE SOBRE A LICITAÇÃO PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6088500101/240225929581815.pdf
DECRETO Nº 11/2023 – DISPÕE SOBRE A LICITAÇÃO PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO, NA FORMA PRESENCIAL, PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6089500260/745238654832361760.pdf
DECRETO Nº 12/2023 – REGULAMENTA O ENQUADRAMENTO DOS BENS NAS CATEGORIAS COMUM, ESPECIAL E DE LUXO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/609050303/4647837828039673865.pdf
DECRETO Nº 13/2023 – REGULAMENTA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE, NA LEI Nº 14.133.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6091590412/4511611821816947.pdf
DECRETO Nº 14/2023 – ESTABELECE REGRAS E DIRETRIZES PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA LEI Nº 14.133.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6092500512/27226967751632.pdf
DECRETO Nº 15/2023 – DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO POR SANÇÕES (PARS), DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES E DA REABILITAÇÃO NO ÂMBITO NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA LEI Nº 14.133.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/609350630/8612935680392458081.pdf
DECRETO Nº 16/2023 – REGULAMENTA O SISTEMA DE PREÇOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, LEI Nº 14.133.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6094500796/9687071058590021491646.pdf
DECRETO Nº 21/2023 – REGULAMENTA A LEI Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6095938246/15459411316218.pdf
DECRETO Nº 22/2023 – REGULAMENTA A LEI Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6093638424/6531179558179167.pdf
DECRETO Nº 23/2023 – REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA FÍSICA NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6094638503/00503711500084.pdf
DECRETO Nº 24/2023 – DISPÕE SOBRE DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA ELETRÔNICA, DE QUE TRATA A LEI Nº 14.133/2021, E INSTITUI O SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6095638657/17740355928495076052.pdf
DECRETO Nº 25/2023 – DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO, PARA OS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E DE CONTRATAÇÃO DIRETA NOS MOLDES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2023	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6096638759/95703688139549929.pdf
DECRETO Nº 26/2023 – DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA AS PEQUENAS COMPRAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO, CONFORME ESTABELECE O ART. 95 DA LEI FEDERAL Nº 13.144/2021 NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6097638815/994671637537221122505098.pdf
DECRETO Nº 27/2023 – DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º E ART. 7º DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 09/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	http://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/6098638964/99831306618663853.pdf
DECRETO Nº 08/2025 – REGULAMENTA QUESTÕES PONTUAIS, COMPLEMENTANDO OS DECRETOS LEGISLATIVOS QUE REGULAMENTARAM A APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133, DE 01.04.2021 NOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ.	https://cmnovalondrina.pr.gov.br/arquivos/download/756171640/1704371835302198.pdf

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA FÍSICA

2.1. Poderão participar desta Dispensa de Licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

2.2. Como requisito para participação na dispensa, o fornecedor deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Aviso.

2.3. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas através do Decreto Legislativo nº 23/2023 que define o procedimento de Dispensa de Licitação no âmbito do Órgão Legislativo.

2.4. Será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, observadas as disposições constantes do art. 4º, caput, da Lei nº 14.133/21, de acordo com o objeto da contratação da presente Dispensa.



2.5. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- 2.5.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.5.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.5.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5.3.1. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.5.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.5.5. empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

2.5.6. empresa suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública no âmbito do Estado do Paraná;

2.5.7. empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Nova Londrina/PR.

2.6. Em conformidade com o Art. 9º da Lei nº 14.133/2021 e o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), ficam impedidas de participar desta licitação empresas cujos dirigentes, administradores, sócios ou representantes legais possuam vínculo de parentesco até o terceiro grau com agentes públicos que exerçam cargo de direção, chefia ou assessoramento, nas



esferas municipal, autárquica ou fundacional, incluindo Prefeitura, Câmara, autarquias, fundações e empresas públicas municipais.

2.6.1. Para fins desta cláusula, considera-se dirigente: Prefeito, Vice Prefeito, Presidente de Câmara, Diretor, membro da Mesa Diretora, Secretário(a) Municipal, Gerente, Chefe de Setor, responsável por unidade administrativa ou qualquer função que implique poder de decisão sobre a licitação ou contrato.

TABELA DE DIRIGENTES E VÍNCULOS

CARGO / FUNÇÃO NO ÓRGÃO	ABRANGÊNCIA DE PARENTESCO	IMPLICAÇÃO PARA LICITANTE
PREFEITO, PRESIDENTE DE CÂMARA, DIRETOR, MESA DIRETORA	CÔNJUGE, COMPANHEIRO(A), PAIS, FILHOS, IRMÃOS, AVÓS, NETOS, TIOS, SOBRINHOS	IMPEDE PARTICIPAÇÃO DIRETA OU INDIRETA
VICE-PREFEITO, SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL, CHEFES DE SETOR OU DE UNIDADE ADMINISTRATIVA	ATÉ 2º GRAU (PAIS, FILHOS, IRMÃOS, AVÓS, NETOS)	IMPEDE PARTICIPAÇÃO DIRETA OU INDIRETA
ASSESSORES DIRETOS OU COM PODER DECISÓRIO SOBRE LICITAÇÃO/CONTRATO	ATÉ 1º GRAU (PAIS, FILHOS, CÔNJUGE)	IMPEDE PARTICIPAÇÃO DIRETA

2.6.2. O descumprimento desta cláusula sujeita o licitante à desclassificação e à responsabilização civil, administrativa e penal.

3. DO INGRESSO NA DISPUTA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da DISPENSA FÍSICA se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. Após a divulgação do aviso de contratação direta, durante período de recebimento das propostas, o fornecedor interessado deverá encaminhar proposta de preços através do endereço eletrônico licitacao@cmnovalondrina.pr.gov.br, em papel timbrado da empresa, conforme **Anexo III**, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, de acordo com as exigências constantes deste Aviso e do Termo de Referência, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada as demais pelo representante legal do interessado.

3.2.1. As propostas poderão ser protocoladas junto ao setor de licitações do órgão e serão disponibilizadas imediatamente no portal da transparência.

3.2.1. Se a proposta estiver assinada por procurador, deverá ser encaminhada cópia da procuração que conceda tais poderes, e, ainda cópia de documentos de identificação do outorgado.

3.2.2. O preço unitário e total dos itens deverá estar expresso em numeral e em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais.

3.2.3. Em caso de divergência de valores entre o preço unitário e o valor total, prevalecerá o valor unitário.

3.2.4. O fornecedor declara que o seu preço compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o proponente.



Avenida Itio Kondo, nº 904 – Centro – Nova Londrina/PR – CEP: 87970-000

Fone: (44) 2306-0467 | E-mail: camara@cmnovalondrina.pr.gov.br | CNPJ: 77.937.936/001-78

3.3.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.6. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão removê-la, substituí-la ou modificá-la.

3.7. No cadastramento da proposta inicial, o proponente deverá apresentar Declaração Unificada, conforme **Anexo V**.

4. FASE DE LANCES

4.1. A sessão pública da presente Dispensa Física será realizada de forma híbrida, mediante recebimento presencial de propostas e operacionalização da etapa de lances por meio eletrônico, através de formulário digital disponibilizado pela Câmara Municipal de Nova Londrina.

4.2. A partir das 09h00min da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, ficará disponível aos interessados o formulário eletrônico destinado ao registro dos lances, através do seguinte endereço eletrônico:

Formulário Eletrônico de Lances – Dispensa Física nº 04/2026:

<https://forms.gle/Wu9NVkyHWcjtnQhE6>

4.3. Os fornecedores deverão registrar seus lances exclusivamente por meio do formulário eletrônico disponibilizado pela Administração, dentro do período oficial da sessão pública.

4.4. O formulário eletrônico registrará automaticamente:

- a) data e horário do envio do lance;
- b) identificação do participante;
- c) valor ofertado;
- d) ordem cronológica dos lances apresentados.

4.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do objeto.

4.6. O fornecedor somente poderá ofertar lance de valor inferior ao último por ele apresentado, observando o intervalo mínimo de redução de R\$ 10,00 (dez reais).

4.7. Durante a sessão pública, os participantes poderão apresentar lances sucessivos, sendo considerada vencedora a proposta de menor valor global apresentada até o encerramento da sessão.

4.8. Havendo lances de mesmo valor, prevalecerá aquele registrado primeiro no formulário eletrônico, observada a data e horário automáticos do envio.



- 4.9. Caso o fornecedor não apresente novos lances, permanecerá válido o último valor por ele registrado.
- 4.10. Encerrado o prazo da sessão pública, o formulário eletrônico será automaticamente bloqueado para novos envios, não sendo admitidos lances posteriores.
- 4.11. Ao término da sessão, será emitido relatório eletrônico contendo todos os registros realizados no formulário, o qual integrará os autos do processo administrativo para fins de transparência, publicidade, rastreabilidade e controle.
- 4.12. A Administração poderá realizar acompanhamento virtual da sessão pública, mediante transmissão online, compartilhamento de tela ou gravação da reunião virtual, visando assegurar transparência e segurança ao procedimento.
- 4.13. Em caso de instabilidade momentânea de acesso ao formulário eletrônico, a Administração poderá suspender temporariamente a sessão, registrando a ocorrência em ata e reabrindo o prazo proporcionalmente ao período de indisponibilidade verificado.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 5.1. Encerrado o prazo para envio da proposta e documentação, o órgão ou entidade realizará a verificação de cada uma das propostas recebidas, quanto à adequação ao objeto e preço, declarando a ordem de classificação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, o agente condutor negociará com o interessado para tentativa de obtenção de condições mais vantajosas.
- 5.2.1. Será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa física.
- 5.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.3.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
 - 5.3.5. apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e de mercado;
 - 5.3.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



- 5.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.6. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação.
- 5.7. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem apresentados para fins de habilitação que constam do **ANEXO I** deste Aviso, serão exigidos somente do fornecedor mais bem classificado da fase de lances e/ou da negociação.
- 6.1.1. Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:
- 6.1.1.1. lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 6.1.1.2. fornecedores sancionados e suspensos pelo Governo do Estado do Paraná (http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/situacao_fornecedores?windowId=8e8).
- 6.1.1.3. consulta do banco de dados de penalidades do município de Nova Londrina/PR.
- 6.1.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 6.1.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 6.1.1.4.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.1.2. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.2. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.2.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.



6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, a pedido do agente de contratação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.4. Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digitalizado, o agente condutor poderá requerer a comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais.

6.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.1. a prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo fornecedor, mediante apresentação de justificativa;

6.5.2. a não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito de participação e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso, e facultará ao agente convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação.

6.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, Ata de Registro de Preços ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente vinculará a contratada à sua proposta e as previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

7.4. A Contratada reconhecerá que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES



9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

9.1.1 – não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

9.1.2 – não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

9.1.3 – apresentar documentação falsa;

9.1.4 – deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

9.1.5 – ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.6 – não mantiver a proposta;

9.1.7 – cometer fraude fiscal;

9.1.8 – comportar-se de modo inidôneo;

9.2 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.3 – A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, poderá ser apenada com:

9.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

9.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

9.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

9.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.5 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.6 – Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.7 – A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.8 – O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



- 9.9 – Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 9.10 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.11 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 9.12 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1. O julgamento dos recursos interpostos no âmbito deste certame observará, obrigatoriamente, os prazos, procedimentos e garantias previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, nas disposições deste Edital e no Decreto Legislativo nº 8/2025, editado pela Câmara Municipal de Nova Londrina.
- 9.2. A autoridade competente, ou aquela a quem for delegada essa atribuição, deverá decidir o recurso administrativo de forma expressa, motivada e dentro do prazo legal, observando os princípios do contraditório, da ampla defesa, da legalidade e da eficiência administrativa.
- 9.3. Fica vedada a postergação ou omissão no julgamento de recurso interposto, sendo obrigatória a publicação da decisão no mesmo meio de divulgação do edital, com indicação clara dos fundamentos de fato e de direito.
- 9.4. O não julgamento tempestivo do recurso implicará irregularidade procedimental, nos termos do Acórdão nº 2.706/25 do Tribunal Pleno do TCE-PR, podendo ensejar responsabilização da autoridade competente, conforme previsto na legislação de regência.
- 9.5. Nenhuma fase subsequente do processo licitatório poderá ser concluída, antes da decisão final dos recursos tempestivamente interpostos, respeitando-se o princípio da sequencialidade procedimental.
- 9.6. O recurso intempestivo ou desprovido de fundamentação legal será sumariamente indeferido.
- 9.7. Esta cláusula atende ao disposto no Decreto Legislativo nº 8/2025, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 pela Câmara Municipal de Nova Londrina, e está em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Acórdão nº 2706/25 -, que determinou a observância rigorosa dos prazos e formalidades no julgamento de recursos administrativos, sob pena de nulidade e responsabilização do agente público.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



- 10.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico do Poder Legislativo, disponível no endereço www.cmnovalondrina.pr.gov.br, no portal da Transparência <https://novalondrina.eloweb.net/portalttransparencia/2/> e no Diário Oficial do Órgão, disponível no endereço <https://diariooficialprefeitura.com/cmnovalondrina/diario-oficial>.
- 10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 10.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 10.2.2. valer-se, para a contratação, de cotação obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
- 10.2.3. fixar prazo para que os fornecedores interessados possam **adequar** as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação;
- 10.2.3.1. apreciada a cotação e a documentação de habilitação do fornecedor e, atendidos os critérios exigidos para a contratação, este será declarado vencedor;
- 10.2.3.2. no caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;
- 10.2.4. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 10.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente da contratação direta na respectiva notificação.
- 10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante de sua ausência.
- 10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão de julgamento na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA

Poder Legislativo Municipal

Avenida Itio Kondo, nº 904 – Centro – Nova Londrina/PR – CEP: 87970-000

Fone: (44) 2306-0467 | E-mail: camara@cmnovalondrina.pr.gov.br | CNPJ: 77.937.936/001-78

10.11. Havendo **mais de uma empresa vencedora**, o órgão legislativo poderá, desde que demonstrada redução de custos na gestão de contratos ou maior vantagem na contratação, negociar com a empresa que se consagrou vencedora do maior número de itens para que apresente proposta mais vantajosa àquelas ofertados pelas empresas vencedoras do menor número de itens.

10.12. Da sessão pública será lavrada Ata.

10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os documentos abaixo relacionados que se encontram disponíveis no endereço: <https://novalondrina.eloweb.net/portaltransparencia/2/licitacoes>

ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

ANEXO II – Termo de Referência;

ANEXO III – Proposta de Preços;

ANEXO IV – Declaração de Enquadramento ME EPP;

ANEXO V – Declaração Unificada;

ANEXO VI - Minuta de Termo de Contrato ou do instrumento substitutivo;

ANEXO VII – Declaração Não Parentesco.

Nova Londrina/PR, 27 de março de 2026.

Samuel Oliveira de Lima
Presidente da Câmara



ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 11/2026

DISPENSA FÍSICA Nº 04/2026

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 66, LEI 14.133/21)

1.1. PESSOA FÍSICA: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI: Certificado da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.4. SOCIEDADE EMPRESÁRIA, SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5. SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESTRANGEIRA: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

1.6. SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.7. FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

1.8. SOCIEDADE COOPERATIVA: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (ART. 68, LEI 14.133/21)

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - 2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - 2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 2.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
 - 2.8.** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
 - 2.9.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - 2.10.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69, LEI 14.133/21)**
- 3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
 - 3.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 3.3.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º); e
 - 3.4.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - 3.5.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
 - 3.6.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
 - 3.7.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ART. 67, LEI 14.133/21)**
- 4.1.** Comprovação de registro da empresa junto ao CREA e/ou CAU, compatível com o objeto da presente contratação.



4.2. Comprovação de registro do responsável técnico junto ao CREA e/ou CAU.

4.3. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação, especialmente na elaboração de projetos arquitetônicos, projetos complementares de engenharia, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, projetos de cobertura, drenagem pluvial, cercamento, iluminação ou serviços correlatos.

4.4. Será admitida, para fins de comprovação da qualificação técnica, a apresentação e o somatório de diferentes atestados compatíveis com o objeto licitado.

4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial da empresa licitante.

4.6. Os atestados deverão conter, no mínimo:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente;
- b) identificação da empresa executora dos serviços;
- c) descrição dos serviços executados;
- d) período de execução;
- e) manifestação quanto à satisfatória execução dos serviços;
- f) identificação e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

4.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo a Administração diligenciar e solicitar documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais, ART/RRT, endereço da contratante, acervo técnico ou demais documentos relacionados aos serviços executados.

4.8. Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa licitante, mediante:

- a) contrato social;
- b) registro em carteira de trabalho;
- c) contrato de prestação de serviços; ou
- d) declaração de futura contratação acompanhada de anuência do profissional.

4.9. A empresa vencedora deverá emitir ART e/ou RRT referente aos serviços executados antes do início da execução contratual.

4.10. A licitante deverá apresentar declaração de pleno conhecimento das condições do local de execução dos serviços, mediante:

- a) declaração de realização de visita técnica; ou
- b) declaração formal de ciência das condições da edificação e das exigências do objeto.

4.11. Tratando-se de participação de cooperativas, será exigida a documentação complementar prevista na Lei nº 5.764/1971 e demais normas aplicáveis, quando cabível.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Licitatório nº 11/2026 – Contratação Direta nº 11/2026)

DISPENSA FÍSICA Nº 04/2026

FUNDAMENTAÇÃO: ART. 75, Inciso II

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “a” e “i”)

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia e/ou arquitetura destinados à elaboração de projeto arquitetônico e projetos complementares para reforma e modernização da sede da Câmara Municipal de Nova Londrina, compreendendo a substituição integral da cobertura/telhado da edificação, cercamento do estacionamento institucional, implantação de portões automatizados, sistema eletrônico de controle de acesso com identificação biométrica e instalação de iluminação externa, incluindo levantamento técnico, visitas in loco, elaboração de memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas, projetos executivos, especificações técnicas, documentos complementares, ART/RRT e demais elementos necessários à futura contratação e execução da obra, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e legislação vigente.
- 1.2. A contratação dar-se-á por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Legislativo nº 23/2023 do Município de Nova Londrina, considerando que o valor estimado se encontra dentro do limite legal para a modalidade, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar e na DFD.
- 1.3. A execução contratual será regida pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL, abrangendo a elaboração completa dos projetos arquitetônicos e complementares, memoriais, planilhas, cronogramas, visitas técnicas, levantamentos, emissão de ART/RRT, mão de obra especializada, deslocamentos e demais custos necessários à perfeita execução do objeto, não cabendo à Câmara Municipal de Nova Londrina qualquer pagamento adicional além do valor contratado.
- 1.4. Os termos e especificações da prestação de serviços constam na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	UND	QT D	VLR UN	VLR TOTAL
1	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETOS COMPLEMENTARES, MEMORIAIS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA	CATSER	20060	SERV	01	R\$ 11.335,63	R\$ 11.335,63
VALOR TOTAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS						R\$ 11.335,63	

- 1.5. Natureza do objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.
- 1.6. A prestação de serviços objetos desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e Documento de Formalização de Demanda.
- 1.7. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano**, nos termos do art. 106 da Lei 14.133/2021, contados da publicação do contrato, podendo ser prorrogado excepcionalmente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado.



1.8. Prazo para execução: O prazo máximo para entrega integral dos projetos e documentos técnicos será de até 20 (vinte) dias úteis, contados do pedido dos serviços.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS:

I. Realização de vistoria, levantamento arquitetônico e identificação das necessidades estruturais e funcionais da edificação. Prazo: até 3 (três) dias úteis.

II. Desenvolvimento das soluções preliminares de arquitetura, cobertura, drenagem, iluminação, cercamento e controle de acesso. Prazo: até 5 (três) dias úteis.

III. Elaboração dos projetos técnicos e complementares necessários à futura execução da obra. Prazo: até 7 (três) dias úteis.

IV. Entrega dos memoriais, planilhas, cronograma, ART/RRT e demais documentos técnicos. Prazo: até 5 (três) dias úteis.

1.9. O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias após a assinatura contratual.

1.10. A responsabilidade técnica da contratada pelos projetos e documentos elaborados permanecerá durante toda a vigência contratual e até a aprovação definitiva dos projetos pelos órgãos competentes.

1.11. O valor estimado da contratação é representado pela média obtida na pesquisa de preços, sendo de R\$ 11.335,63 (onze mil, trezentos e trinta e cinco reais, com sessenta e três centavos).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

2.1. A presente contratação fundamenta-se no Documento de Formalização da Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborados pela Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A contratação visa atender à necessidade de elaboração de projetos técnicos destinados à futura reforma e modernização da sede da Câmara Municipal, diante dos problemas estruturais atualmente existentes na edificação, especialmente infiltrações, falhas no sistema de drenagem pluvial, desgaste da cobertura, necessidade de modernização da iluminação externa, cercamento do estacionamento e implantação de controle de acesso.

2.3. A contratação direta observa o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme instrução processual própria.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)

3.1. A futura contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos para adequada execução do objeto:

I – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1.1. A contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto, incluindo:

- a) registro ativo da empresa no CREA e/ou CAU;
- b) responsável técnico legalmente habilitado;
- c) emissão de ART e/ou RRT dos serviços executados;
- d) comprovação de aptidão técnica mediante apresentação de CAT, atestado técnico ou documento compatível com serviços semelhantes.

II – VISITA TÉCNICA



3.1.2. A contratada deverá realizar visita técnica presencial obrigatória na sede da Câmara Municipal de Nova Londrina para levantamento das condições estruturais, arquitetônicas e operacionais da edificação.

3.1.3. A realização da visita técnica implicará plena ciência das condições do local, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento.

III – ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

3.1.4. Os projetos deverão contemplar, no mínimo:

- a) cobertura e estrutura;
- b) drenagem pluvial;
- c) iluminação externa;
- d) cercamento do estacionamento;
- e) controle de acesso;
- f) revitalização arquitetônica;
- g) planilhas e documentos técnicos complementares.

IV – COMPATIBILIZAÇÃO TÉCNICA

3.1.5. Todos os projetos deverão ser elaborados de forma integrada e compatibilizada, evitando inconsistências técnicas entre os sistemas estruturais, elétricos, hidráulicos e arquitetônicos.

V – NORMAS TÉCNICAS

3.1.6. Os serviços deverão observar:

- a) normas da ABNT;
- b) normas de engenharia e arquitetura aplicáveis;
- c) legislações urbanísticas pertinentes;
- d) normas de segurança e acessibilidade;
- e) demais exigências técnicas aplicáveis à Administração Pública.

VI – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

3.1.7. A contratada deverá fornecer:

- a) arquivos editáveis;
- b) arquivos em PDF;
- c) memoriais descritivos;
- d) especificações técnicas;
- e) planilhas orçamentárias;
- f) cronograma físico-financeiro;
- g) ART/RRT;
- h) demais documentos necessários à futura licitação da execução da obra.

VII – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

3.1.8. A contratada será integralmente responsável pela qualidade técnica dos projetos apresentados, bem como por eventuais correções, ajustes e adequações necessárias decorrentes de falhas, incompatibilidades ou erros de elaboração, sem ônus adicional à Administração.

3.2. A solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura devidamente habilitada perante o CREA e/ou CAU para elaboração completa e integrada de projetos técnicos destinados à futura reforma e modernização da sede da Câmara Municipal de Nova Londrina.



- 3.3. A futura contratação deverá contemplar levantamento técnico da edificação existente, análise estrutural preliminar, levantamento arquitetônico “as built”, registro fotográfico e desenvolvimento de soluções técnicas compatíveis com as necessidades funcionais, estruturais e operacionais do prédio público.
- 3.4. O projeto arquitetônico deverá prever a substituição integral da cobertura atualmente existente, mediante adoção de estrutura adequada e instalação de telhas termoacústicas tipo “sanduíche”, visando proporcionar maior isolamento térmico e acústico, melhoria do conforto ambiental interno, redução da temperatura nos ambientes e maior durabilidade da cobertura.
- 3.5. O sistema de cobertura deverá ser projetado de forma a direcionar a caída das águas pluviais para os fundos da edificação, contemplando solução eficiente de drenagem pluvial, incluindo dreno subterrâneo, canalizações, calhas, rufos e demais dispositivos necessários ao correto escoamento da água da chuva, buscando solucionar definitivamente os recorrentes problemas de infiltração existentes no plenário, sala de informática e hall de entrada.
- 3.6. A solução também deverá contemplar futura revitalização estética e funcional da edificação, incluindo readequação da pintura interna e externa, com estudo de cores e luminosidade visando proporcionar ambientes mais claros, modernos e adequados ao uso institucional.
- 3.7. Na área externa, o projeto deverá prever substituição dos atuais postes decorativos danificados por sistema de iluminação mais eficiente e seguro, mediante utilização de postes metálicos mais altos com luminárias em LED, proporcionando melhor iluminação do entorno, redução do consumo energético e diminuição de custos de manutenção.
- 3.8. O projeto deverá ainda contemplar o cercamento completo do estacionamento da Câmara Municipal mediante instalação de grades metálicas e portões eletrônicos automatizados, considerando que o espaço atualmente permanece aberto e frequentemente é utilizado por veículos sem vínculo institucional, comprometendo a segurança patrimonial e a organização do tráfego interno.
- 3.9. Complementarmente, deverá ser desenvolvido sistema de controle de acesso por biometria facial e/ou totem eletrônico de entrada e saída, visando permitir acesso apenas de pessoas autorizadas, aumentar a segurança institucional, melhorar o controle de circulação e resguardar o patrimônio público.
- 3.10. A contratação compreenderá ainda a elaboração de todos os documentos técnicos necessários à futura licitação da execução da obra, incluindo projetos complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, memorial de cálculo, ART/RRT e arquivos digitais editáveis e em PDF, devidamente compatibilizados entre si e elaborados em conformidade com as normas técnicas da ABNT e demais legislações aplicáveis.
- 3.11. Os projetos deverão possuir nível executivo, com detalhamento suficiente para futura licitação e integral execução da obra.
- 3.12. REQUISITOS MÍNIMOS:
 - 3.12.1. A futura contratação deverá contemplar, no mínimo, a elaboração dos seguintes serviços e documentos técnicos:
 - 3.12.1.1. LEVANTAMENTO TÉCNICO
 - a) vistoria técnica presencial no imóvel;
 - b) levantamento arquitetônico da edificação existente;



- c) registro fotográfico;
 - d) identificação dos pontos de infiltração, drenagem e patologias aparentes.
- 3.12.1.2. PROJETO ARQUITETÔNICO
- a) desenvolvimento de projeto arquitetônico completo;
 - b) readequação funcional e estética dos ambientes;
 - c) definição de layout e soluções construtivas compatíveis com a edificação pública.
- 3.12.1.3. PROJETO DE COBERTURA
- a) substituição integral da cobertura existente;
 - b) previsão de estrutura compatível com telhas termoacústicas tipo sanduíche;
 - c) direcionamento da caída das águas pluviais para os fundos da edificação;
 - d) compatibilização com sistema de drenagem pluvial.
- 3.12.1.4. PROJETO DE DRENAGEM PLUVIAL
- a) dimensionamento de calhas, rufos e tubulações;
 - b) implantação de dreno subterrâneo;
 - c) definição de solução eficiente para escoamento das águas pluviais;
 - d) prevenção de infiltrações e acúmulo de água.
- 3.12.1.5. PROJETO ELÉTRICO E LUMINOTÉCNICO
- a) modernização da iluminação externa;
 - b) especificação de postes metálicos;
 - c) utilização de luminárias em LED;
 - d) adequação das instalações necessárias aos novos sistemas.
- 3.12.1.6. PROJETO DE CERCAMENTO E CONTROLE DE ACESSO
- a) cercamento do estacionamento com grades metálicas;
 - b) instalação de portões eletrônicos automatizados;
 - c) previsão de sistema de controle de acesso por biometria facial e/ou totem eletrônico.
- 3.12.1.7. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA
- a) memorial descritivo;
 - b) especificações técnicas;
 - c) memorial de cálculo;
 - d) planilha orçamentária;
 - e) cronograma físico-financeiro;
 - f) ART/RRT;
 - g) arquivos digitais editáveis e em PDF;
 - h) arquivos compatibilizados entre si.
- 3.12.1.8. NORMAS TÉCNICAS
- Todos os projetos deverão observar:
- a) normas da ABNT;
 - b) legislações aplicáveis;
 - c) normas de segurança;
 - d) padrões técnicos de engenharia e arquitetura aplicáveis à Administração Pública.
- 3.13. **ANÁLISE DOS RISCOS DE CONTRATAÇÃO**
- 3.13.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §3º, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se o Mapa de Riscos da presente contratação, com o objetivo de identificar, avaliar e propor



medidas de tratamento aos principais riscos que possam comprometer a boa execução do objeto.:

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDA PREVENTIVA	MEDIDA DE CONTINGÊNCIA
LEVANTAMENTO TÉCNICO INCOMPLETO DA EDIFICAÇÃO	MÉDIA	ALTO	EXIGIR VISITA TÉCNICA PRESENCIAL OBRIGATÓRIA E CONFERÊNCIA DETALHADA DAS CONDIÇÕES DO IMÓVEL	SOLICITAÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO/CORREÇÃO DOS LEVANTAMENTOS REALIZADOS
INCOMPATIBILIDADE ENTRE PROJETOS COMPLEMENTARES	MÉDIA	ALTO	EXIGIR COMPATIBILIZAÇÃO TÉCNICA INTEGRAL ENTRE OS PROJETOS	CORREÇÃO TÉCNICA PELA CONTRATADA SEM ÔNUS À ADMINISTRAÇÃO
ATRASO NA ENTREGA DOS PROJETOS	MÉDIA	MÉDIO	DEFINIÇÃO CLARA DE CRONOGRAMA E PRAZOS CONTRATUAIS	APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CONTRATUAIS CABÍVEIS
ERROS TÉCNICOS NOS PROJETOS APRESENTADOS	MÉDIA	ALTO	EXIGÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO E ART/RRT	REVISÃO E ADEQUAÇÃO OBRIGATÓRIA DOS PROJETOS
SUBDIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL	MÉDIA	ALTO	EXIGIR ESTUDO TÉCNICO COMPATÍVEL COM AS NECESSIDADES DA EDIFICAÇÃO	READEQUAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO HIDRÁULICO
FALHAS NA SOLUÇÃO DE COBERTURA E ESCOAMENTO DA ÁGUA	MÉDIA	ALTO	EXIGIR SOLUÇÃO TÉCNICA ADEQUADA PARA CAÍDA DA ÁGUA AOS FUNDOS DA EDIFICAÇÃO E DRENAGEM SUBTERRÂNEA	REVISÃO TÉCNICA E AJUSTES ESTRUTURAIS DO PROJETO
ORÇAMENTO ESTIMATIVO INCOMPATÍVEL COM OS VALORES DE MERCADO	BAIXA	MÉDIO	EXIGIR PLANILHAS DETALHADAS E REFERÊNCIAS TÉCNICAS ATUALIZADAS	REVISÃO DAS COMPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
DESCONTINUIDADE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	BAIXA	ALTO	EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO TÉCNICA E REGULARIDADE DA CONTRATADA	RESCISÃO CONTRATUAL E CONVOCAÇÃO REMANESCENTE, SE CABÍVEL



NÃO ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS	BAIXA	ALTO	EXIGIR OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS DA ABNT E LEGISLAÇÃO PERTINENTE	DETERMINAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS
PROBLEMAS NA FUTURA EXECUÇÃO DA OBRA DECORRENTES DE FALHAS NO PROJETO	MÉDIA	ALTO	EXIGIR MEMORIAL DESCRITIVO DETALHADO E PROJETOS COMPLETOS	RESPONSABILIZAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA PELOS ERROS IDENTIFICADOS

3.13.2. O presente Mapa de Riscos evidencia os principais fatores que podem impactar a execução contratual, bem como as respectivas medidas de mitigação adotadas pela Administração. Conclui-se que, diante das estratégias preventivas previstas, a contratação apresenta riscos controláveis e compatíveis com a natureza do objeto, assegurando a viabilidade, legalidade e eficiência da execução do contrato.

3.14. Da Subcontratação

É vedada a subcontratação do objeto contratual.

3.15. Do orçamento Sigiloso

Não será adotado o orçamento sigiloso.

3.16. O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável?

Sim Não

3.17. Garantia da Contratação

Sim Não

3.18. Da Amostragem

Sim Não

3.19. Da indicação de Marca

Sim Não

3.20. Do Parcelamento

Sim Não

4. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

4.1. DO LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1. A execução contratual compreenderá a elaboração completa dos projetos arquitetônicos e complementares destinados à futura reforma e modernização da sede da Câmara Municipal de Nova Londrina, incluindo levantamentos técnicos, estudos preliminares, projetos executivos, memoriais, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos necessários à futura licitação e execução da obra.

4.1.2. Os serviços deverão ser executados por empresa especializada, mediante atuação de responsável técnico legalmente habilitado, com emissão das respectivas ARTs e/ou RRTs.

4.1.3. A contratada deverá realizar visita técnica presencial obrigatória para levantamento das condições estruturais, arquitetônicas, hidráulicas e operacionais da edificação, responsabilizando-se integralmente pelas informações técnicas utilizadas na elaboração dos projetos.



- 4.1.4. Os projetos deverão ser elaborados de forma integrada e compatibilizada, observando as normas da ABNT, legislações aplicáveis, normas de segurança, acessibilidade e demais exigências técnicas pertinentes.
- 4.1.5. A solução deverá contemplar, no mínimo:
- substituição integral da cobertura existente;
 - utilização de telhas termoacústicas tipo sanduíche;
 - direcionamento da caída das águas pluviais para os fundos da edificação;
 - implantação de sistema de drenagem subterrânea;
 - revitalização arquitetônica e pintura;
 - modernização da iluminação externa;
 - cercamento do estacionamento;
 - implantação de portões eletrônicos;
 - controle de acesso por biometria facial e/ou totem eletrônico.
- 4.1.6. A contratada deverá fornecer todos os documentos técnicos em formato digital editável e PDF, devidamente assinados pelos responsáveis técnicos competentes.
- 4.1.7. O prazo máximo para entrega integral dos serviços será de até 20 (vinte) dias úteis, contados da solicitação formal da Administração, e conforme CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.
- 4.1.8. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Câmara Municipal de Nova Londrina, competindo à fiscalização verificar a conformidade dos serviços executados com as exigências estabelecidas no Termo de Referência e contrato administrativo.
- 4.1.9. **DOS DIREITOS DOS PROJETOS**
Todos os projetos, memoriais, planilhas, arquivos e documentos produzidos em decorrência da contratação passarão a integrar o patrimônio da Câmara Municipal de Nova Londrina, ficando cedidos integralmente os direitos patrimoniais de utilização, reprodução, adaptação e execução à Administração Pública.
- 4.2. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO**
- 4.2.1. Os serviços deverão ser executados conforme as especificações constantes neste Termo de Referência, mediante realização de visita técnica presencial, levantamento arquitetônico, elaboração dos projetos técnicos e entrega de toda a documentação necessária à futura licitação da execução da obra.
- 4.2.2. A contratada deverá fornecer os projetos e documentos técnicos em formato digital editável e PDF, devidamente assinados pelos responsáveis técnicos competentes e acompanhados das respectivas ARTs e/ou RRTs.
- 4.2.3. Os serviços deverão observar rigorosamente as especificações constantes da proposta apresentada, Termo de Referência, normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização contratual.
- 4.2.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a prestação de serviços executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência.
- 4.2.5. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação de serviços fora realizada em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.
- 4.2.6. Independentemente do recebimento provisório ou definitivo, a contratada permanecerá responsável pela qualidade técnica dos projetos e documentos



elaborados, obrigando-se a realizar, às suas expensas e dentro do prazo fixado pela Administração, quaisquer correções, adequações, revisões ou complementações necessárias decorrentes de falhas, inconsistências, incompatibilidades técnicas, erros de elaboração ou desconformidade com as exigências do Termo de Referência, normas técnicas aplicáveis e necessidades da Câmara Municipal de Nova Londrina.

- 4.2.7. A contratada também será responsável pela adequação dos projetos às exigências técnicas eventualmente formuladas pelos órgãos competentes, incluindo a Prefeitura Municipal de Nova Londrina, devendo promover as alterações necessárias até a efetiva aprovação dos projetos, sem ônus adicional à Administração.

4.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.3.1. Realizar a prestação dos serviços quando solicitado dentro do prazo estabelecido, contando-se a partir do pedido dos serviços;
- 4.3.2. Nos preços deverão estar inclusas todas as despesas com transporte, impostos, seguros, taxas, e materiais necessários para execução do objeto, bem como, o que for necessário para o perfeito cumprimento do solicitado neste Termo de Referência;
- 4.3.3. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause aos seus prepostos ou terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução dos serviços técnicos contratados, não recaindo a Câmara Municipal de Nova Londrina, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos;
- 4.3.4. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de entrega;
- 4.3.5. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- 4.3.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;
- 4.3.7. Possibilitar a Contratante, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Contratante;
- 4.3.8. Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela Câmara Municipal;
- 4.3.9. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outros fornecedores, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- 4.3.10. Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone;

4.4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto caracteriza-se como serviço técnico especializado de engenharia e arquitetura.

Grupo CATSER: 833 – Serviços de Engenharia e Arquitetura

CATSER: 20060 – Elaboração/Análise Projeto – Engenharia

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

- 5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



- 5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.
- 5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 5.6. DA FISCALIZAÇÃO**
- 5.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 5.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**
- 5.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 5.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))
- 5.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 5.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 5.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 5.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 5.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 5.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 5.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



5.9. GESTOR DO CONTRATO

- 5.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 5.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 5.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 5.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 5.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 5.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 5.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

6.1. DO RECEBIMENTO

- 6.1.1. Os objetos deste contrato serão dados como recebido conforme:
 - 6.1.1.1. Os serviços serão **RECEBIDOS PROVISORIAMENTE** a partir da data da entrega do objeto solicitado, o fiscal do Contrato, responsável pelo recebimento, terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para conferência da Nota Fiscal, e da conformidade dos serviços com as especificações contidas no termo de referência, bem como verificar a conformidade com o solicitado na Nota de Empenho e demais documentos técnicos exigidos.
 - 6.1.1.2. Caso ocorram divergências entre os serviços solicitados e o entregue, o Fiscal do Contrato deverá rejeitá-lo e solicitar a reposição num prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação formal pela CONTRATADA, às suas custas e sem prejuízos a CONTRATANTE. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 6.1.1.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



- 6.1.1.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 6.1.1.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 6.1.1.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.1.1.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 6.1.1.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços técnicos, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 6.1.1.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 6.1.1.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.1.1.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 6.1.1.12. Os serviços serão **RECEBIDOS DEFINITIVAMENTE** no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 6.1.1.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.1.1.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 6.1.1.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2. LIQUIDAÇÃO



- 6.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 6.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 6.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
 - a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 6.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 6.2.8. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.2.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 6.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.3. PRAZO DE PAGAMENTO



6.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.4. FORMA DE PAGAMENTO

6.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou PIX.

6.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

6.4.6. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)

7.1. DO PROCEDIMENTO/MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma FÍSICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, considerando as peculiaridades do Município, necessidade de visita técnica presencial e busca pela ampliação da competitividade local e regional.

7.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante atender os requisitos dispostos no Anexo I.

7.2.1. REQUISITOS CONTRATUAIS

7.2.1.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

7.2.1.1.1. a) SICAF;

7.2.1.1.2. b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

7.2.1.1.3. c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.2.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



- 7.2.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.2.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.2.1.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.2.1.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 7.2.1.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.2.1.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.2.1.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Nova Londrina.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.3.

FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS DO TESOURO (DESCENTRALIZADOS) EXERCÍCIO CORRENTE	
(X) ORÇAMENTÁRIA () EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
UNIDADE GESTORA:	CÂMARA MUNICIPAL
ÓRGÃO:	01 CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	01. 01 CÂMARA MUNICIPAL
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	01 031 0063 1001
NATUREZA DA DESPESA:	4.4.90.51.0000
ELEMENTO DE DESPESA:	4.4.90.51.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES
SUBELEMENTO DE DESPESA:	4.4.90.51.8000 ESTUDOS E PROJETOS

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Nova Londrina/PR, 22 de maio de 2026.

Samuel Oliveira de Lima
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA

Poder Legislativo Municipal

Avenida Itio Kondo, nº 904 – Centro – Nova Londrina/PR – CEP: 87970-000

Fone: (44) 2306-0467 | E-mail: camara@cmnovalondrina.pr.gov.br | CNPJ: 77.937.936/001-78

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA		
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2026 – CMNL		
CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 06/2026 – CMNL		
DISPENSA FÍSICA Nº 02/2026 – CMNL		
TIPO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM	
RAZÃO SOCIAL:	CNPJ/CPF:	
ENDEREÇO:	BAIRRO:	
CIDADE/UF:	CEP:	TELEFONE:
REPRESENTANTE LEGAL:	CPF:	
RG:	E-mail:	

PROPOSTA:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA OFERTADA	VALOR TOTAL
1		UN				
2		UN				
3		UN				
...		UN				
5		UN				
6		UN				
7		UN				
8		UN				
9		UN				
10		UN				
VALOR TOTAL						R\$ 0,00

O prazo de validade da proposta é de ____ (_____) dias corridos.

Nome do banco indicado para o pagamento: _____, Agência: _____, Conta Corrente: _____.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA

Poder Legislativo Municipal

Avenida Itio Kondo, nº 904 – Centro – Nova Londrina/PR – CEP: 87970-000

Fone: (44) 2306-0467 | E-mail: camara@cmnovalondrina.pr.gov.br | CNPJ: 77.937.936/0001-78

Prazo de entrega/execução: ____ dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços.

*Prazo de Garantia: _____ meses, contados da data de apresentação da proposta.

**se couber diante das exigências da contratação do objeto.*

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas na presente contratação direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

Local ____ de _____ de 20__.

Representante Legal



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2026 – CMNL

CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 11/2026 – CMNL

DISPENSA FÍSICA Nº 04/2026 – CMNL

Eu _____, subscrito abaixo, DECLARO que a empresa (**qualificação da empresa proponente**) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede no endereço _____, município _____/_____, neste ato por mim representada, para todos os fins de direito, especificamente para participação na presente contratação, faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, por estar contida no rol de beneficiários do artigo 3º da referida Lei.

DECLARO também, ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____ / ____, ____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante legal



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2026 – CMNL

CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 11/2026 – CMNL

DISPENSA FÍSICA Nº 04/2026 – CMNL

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, com o endereço eletrônico _____, situada no Estado de _____, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação da **DISPENSA FÍSICA Nº 04/2026, DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Aviso e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - na qualidade de Proponente do procedimento de Contratação Direta instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VII - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII – o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: _____

E-mail:

Telefone:



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA

Poder Legislativo Municipal

Avenida Itio Kondo, nº 904 – Centro – Nova Londrina/PR – CEP: 87970-000

Fone: (44) 2306-0467 | E-mail: camara@cmnovalondrina.pr.gov.br | CNPJ: 77.937.936/0001-78

IX – Nomeia e constitui o(a) senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

X - para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XI – conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

_____ / ____, ____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante legal



ANEXO VI

MODELO MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A CAMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, com sede na XXXXXX, na cidade de XXXXX /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXX, neste ato representado(a) pelo Presidente xxxxxxxx, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **DISPENSA FÍSICA Nº 04/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para fornecimento e prestação de serviços, conforme objeto: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**; nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA OFERTADA	VALOR TOTAL
1		UN				
2		UN				
3		UN				
...		UN				
5		UN				
6		UN				
7		UN				
8		UN				
9		UN				
10		UN				
VALOR TOTAL						R\$ 0,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **15 (quinze) dias**.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).



11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - i. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, 10% a 30% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação abaixo discriminada:

FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS DO TESOUREO (DESCENTRALIZADOS) EXERCÍCIO CORRENTE

(X) ORÇAMENTÁRIA () EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE GESTORA:

CÂMARA MUNICIPAL

ÓRGÃO:

01 CÂMARA MUNICIPAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

01. 01 CÂMARA MUNICIPAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

01 031 0063 1001

NATUREZA DA DESPESA:

4.4.90.51.0000

ELEMENTO DE DESPESA:

4.4.90.51.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES

SUBELEMENTO DE DESPESA:

4.4.90.51.8000 ESTUDOS E PROJETOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.2. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

13.3. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.4. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.5. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

13.7. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio eletrônico do município, na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA

Poder Legislativo Municipal

Avenida Itio Kondo, nº 904 – Centro – Nova Londrina/PR – CEP: 87970-000

Fone: (44) 2306-0467 | E-mail: camara@cmnovalondrina.pr.gov.br | CNPJ: 77.937.936/001-78

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO [\(art. 92, §1º\)](#)

14.1. Fica eleito o Foro da XXXXX..., Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Nova Londrina/PR, 00 de xxxxxx de 2025.

PELA CONTRATANTE:

Samuel Oliveira de Lima – Presidente
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA – ESTADO DO PARANÁ

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX - XXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: 000.000.000-00

2- _____
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: 000.000.000-00



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2026 – CMNL
CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 11/2026 – CMNL
DISPENSA FÍSICA Nº 04/2026 – CMNL

Eu, [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], inscrito no CPF nº [CPF] e representante legal da empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ nº [CNPJ], DECLARO, sob as penas da lei, que nenhum dos dirigentes, sócios, administradores ou representantes legais desta empresa possui vínculo de parentesco até o terceiro grau com dirigentes ou agentes públicos do órgão licitante, conforme tabela de dirigentes apresentada na cláusula 2.6.1 do edital.

Declaro, ainda, estar ciente de que qualquer informação falsa ou omissão poderá resultar na desclassificação do certame e responsabilização civil, administrativa e penal.

Local, data: ___/___/___

Assinatura: _____

Carimbo da empresa: _____

Observações:

“Dirigente” é definido amplamente pelo TCE-PR como qualquer pessoa com influência decisória sobre a licitação ou contrato.

Todos os sócios, administradores e representantes legais das empresas participantes devem declarar a inexistência de vínculo familiar com os dirigentes.

Este modelo é aplicável a todas as entidades municipais: Prefeitura, Câmara, autarquias, fundações e empresas públicas municipais.



Avenida Itio Kondo, nº 904 – Centro – Nova Londrina/PR – CEP: 87970-000

Fone: (44) 2306-0467 | E-mail: camara@cmnovalondrina.pr.gov.br | CNPJ: 77.937.936/001-78

EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 11/2026

PROCEDIMENTO/MODALIDADE: DISPENSA FÍSICA Nº 04/2026

EDITAL Nº 08/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia e/ou arquitetura destinados à elaboração de projeto arquitetônico e projetos complementares para reforma e modernização da sede da Câmara Municipal de Nova Londrina, compreendendo a substituição integral da cobertura/telhado da edificação, cercamento do estacionamento institucional, implantação de portões automatizados, sistema eletrônico de controle de acesso com identificação biométrica e instalação de iluminação externa, incluindo levantamento técnico, visitas in loco, elaboração de memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas, projetos executivos, especificações técnicas, documentos complementares, ART/RRT e demais elementos necessários à futura contratação e execução da obra, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e legislação vigente.

VALOR ESTIMADO/MENOR VALOR: R\$ 11.335,63 (onze mil, trezentos e trinta e cinco reais, com sessenta e três centavos).

DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 26/05/2026 às 08h00min.

DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 28/05/2026 às 17h00min.

LANCES: 29/05/2026/2026 DAS 09H00MIN ÀS 10H00MIN

SESSÃO DE JULGAMENTO: 29/05/2026/2026 ÀS 15H30MIN

INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS DIAS).

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:

licitacao@cmnovalondrina.pr.gov.br

LINK DO EDITAL: <https://novalondrina.eloweb.net/portaltransparencia/2/>

HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Câmara Municipal de Nova Londrina/PR, no endereço <https://novalondrina.eloweb.net/portaltransparencia/2/> no link “aviso de licitações/editais/licitação”.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Câmara Municipal de Nova Londrina/PR, sito a Avenida Itio Kondo, nº 904, Centro, no município de Nova Londrina/PR, CEP: 87.970-000, através do e-mail licitacao@cmnovalondrina.pr.gov.br, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Nova Londrina/PR, 25 de maio de 2026.

Samuel Oliveira de Lima

Presidente da Câmara